



INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

2726 - INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS USINAS DA PAZ NO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ NO PARÁ

AUTORIA

Poliana Bentes Almeida

polibentes@gmail.com

Universidade da Amazônia - UNAMA

Suany Anjos

suanyanjosppad@gmail.com

Universidade da Amazônia - UNAMA

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar a relevância à respeito do trabalho de integração setorial das políticas, como sendo uma estratégia utilizada na gestão pública, a partir do exemplo da política pública intersetorial do Programa TerPaz desenvolvido nas Usinas da Paz. No que tange aos procedimentos política realizou-se um levantamento bibliográfico e se utilizou da pesquisa documental que teve como objetivo entender o contexto histórico, político, social e econômico do município e da região onde está instalado as Usinas da Paz, com abordagem qualitativa. Como método de pesquisa utilizou-se o estudo de caso que se deu em função da necessidade de se investigar um fenômeno social complexo, permitindo compreender a dinâmica apresentada dentro de contextos específicos. Conclui-se que o Programa Usina da Paz se propõe a uma perspectiva de atendimento integral e articulado tendo como premissa a prática intersetorial entre os agentes público e privados envolvidos, contudo por ser um programa recente e ainda está em processo de efetivação há escassez nos dados para o apontamento de como a política social em questão está implementando realmente a conduta da intersetorialidade.

Palavras-chave: Intersectorialidade; Usinas da Paz; Política Pública; inclusão social.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Eixo Temático 1: Inovações e Diversidades na Gestão Pública

1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista conceitual, a intersectorialidade procura superar a visão isolada e fragmentada na formulação e implementação de políticas e na organização do setor público. Significa adotar uma perspectiva global para a análise das questões públicas, e não somente de um setor, incorporando o maior número possível de conhecimentos sobre outras áreas de políticas públicas, como, por exemplo, educação, trabalho e renda, meio ambiente, habitação, transporte, energia, agricultura etc., assim como sobre o contexto social, econômico, político, geográfico e cultural onde atua a política. Essas áreas interagem entre si, em conjunto, utilizam recursos da sociedade, influenciando a qualidade de vida e as demandas sobre os serviços.

Por conseguinte, analisar e refletir sobre políticas públicas tendo como viés a relação entre implementação e intersectorialidade em um programa social instituída na Região Norte do Brasil é muito relevante academicamente, pois além da necessidade de aprofundamento científico sobre esta temática, agrava-se a escassez de trabalhos científicos nesta seara de pesquisa principalmente tendo este território como *locus* de estudo.

É importante abordar que a Usina da Paz é um projeto integrado ao programa estadual Territórios Pela Paz, elaborado pelo Governo do Pará e coordenado pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac), em parceria com a iniciativa privada. O projeto tem como premissa promover a diminuição da vulnerabilidade social e da violência em áreas com alarmantes índices criminais, principalmente em territórios com elevada desigualdade socioeconômica, atuando por meio de políticas públicas de inclusão social e segurança.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





**INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE**
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

O propósito do programa é a construção de 10 Usinas na Região Metropolitana de Belém, e no sudeste do Estado do Pará. São mais de 80 serviços gratuitos, disponibilizados pelos órgãos e entidades parceiras do Estado, como espaços para atividades esportivas; salas de audiovisual e inclusão digital; atendimento médico e odontológico; consultoria jurídica; emissão de documentos; ações de segurança; capacitação técnica e profissionalizante; espaço multiuso para feiras, eventos e encontros da comunidade. Também há espaços para cursos livres e de dança, teatro, robótica, artes marciais, musicalização e biblioteca.

O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância à respeito do trabalho de integração setorial das políticas, como sendo uma estratégia utilizada na gestão pública, a partir do exemplo do trabalho intersetorial, ademais busca apresentar alguns conceitos teóricos sobre intersetorialidade e a implementação de políticas públicas e compreender a relação existente entre estas concepções científicas, para tanto utilizou-se como campo de observação o Programa Usinas da Paz (UsiPaz), tendo como questão norteadora: Identificar quais os avanços e limitações da implementação das Usinas da Paz a partir da visão da intersetorialidade?

Para a melhor compreensão do estudo dividiu-se em quatro seções: a primeira a introdução que aborda o objetivo do trabalho e a questão norteadora que , a segunda sessão encontra-se o referencial teórico que busca apresentar os conceitos teóricos que irão embasar as discussões acerca do tema implementação e intersetorialidade, a terceira sessão encontra-se os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução da pesquisa, a quarta sessão desenvolve-se a discussão acerca dos resultados encontrados durante o processo de construção do estudo e, por fim as considerações finais que expressam as percepções sintetizadas sobre o trabalho desenvolvido.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de políticas públicas é dinâmico, complexo e multifatorial, desta maneira prescinde de uma análise multidisciplinar. Originariamente o interesse primário

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

em estudar a temática teve como fonte a área jurídica, contudo não é um assunto ontologicamente jurídico, em razão de compor a ciência política que tem como característica a dinamicidade, além disso nota-se uma elevada carga política, resultado de um forte processo político de escolhas de prioridades pelo governo (SCHWARTZ; RACTZ,1996; SANTOS;2003).

Para Schimidt (2008) o conceito de política pública pode ser definido:

O conceito política pública remete a esfera do público e seus problemas. Ou seja, diz respeito ao plano das questões coletivas, da polis. O público distingue-se do privado, do indivíduo e de sua intimidade. Por outro lado, o público distingue-se do estatal: o público é uma dimensão mais ampla, que se desdobra em estatal e não-estatal. O Estado está voltado (deve estar) inteiramente ao que é público, mas há igualmente instâncias e organizações da sociedade que possuem finalidades públicas expressas, às quais cabe a denominação de públicas não-estatais. (SCHIMIDT, 2008, p. 2311)

Ressalta-se que política pública está ligada ao crescimento da economia, mas também a ideia de desenvolvimento humano, sendo assim entende-se que o processo deliberativo das políticas públicas depende da legitimidade auferida tanto pelo processo de escolha e decisão quanto pela prioridade no atendimento daqueles que detém maior necessidade de acesso e garantia de serviços públicos (PNUD,2013, p.105)

Até a década de 80 no Brasil as políticas públicas eram marcadas pela centralização, fragmentação institucional, especialização setorial e exclusão da sociedade civil. Contudo, com o processo de fortalecimento democrático do Estado brasileiro advindo principalmente da Constituição Federal de 1988, houve sistemáticas mudanças na formulação e implementação destas políticas que passaram a discutir o papel da ação estatal, no desenvolvimento de direitos, na descentralização participativa, fatores que

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

contribuíram para o aumento de temas e atores políticos envolvidos na implementação destes programas públicos (FARAH, 2001; MARCONDES; SANDIN; DINIZ, 2018).

A capacidade de resposta do Estado frente a problemas sociais e econômicos depende de uma organização governamental e por conseguinte de uma série de planejamentos e ajustes até a formulação de uma política pública. Neste diapasão, a implementação das políticas públicas traz a baila do instituto da intersetorialidade com vistas ao planejamento, realização e avaliação de tais políticas com a articulação de saberes e experiências (INOJOSA, 2001, p.105).

Intersetorialidade e a Implementação de Políticas Públicas Sociais

As discussões teóricas e conceituais relacionadas a implementação de políticas públicas no Brasil ainda prevalece uma concentração dos estudos na fase decisória dos processos, enquanto carecem trabalhos relacionados a implementação e avaliação das políticas.

A importância de estudar a implementação de políticas públicas reside no fato de identificar o momento específico de materialização ou concretização das ações. Para Lotta (2014) e Souza (2003) os estudos tem como premissa o pensamento de que as políticas públicas podem ser analisadas por um processo que contempla as seguintes etapas: agenda, formulação, implementação e avaliação. O campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras (LIMA; D'ASCENZI, 2013, p.101).

Quando se discute a implementação de políticas públicas sociais se faz necessário a compreensão sobre a importância do planejamento e execução de ações que estejam em sinergia com princípios de empoderamento, competências compartilhadas e da intersetorialidade (CUSTÓDIO; SILVA, 2015).

O Estado brasileiro tem a setorialização e a fragmentação como características históricas presentes na formulação e por conseguinte na implementação de políticas públicas, que são concebidas, organizadas e implementadas isoladamente sem um

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

ordenamento conjunto, integral e articulado, esta concepção setorial encontra-se presente administrativamente nos três níveis de governo, na formulação, coordenação e execução dos serviços públicos (BRONZO, 2007; CUSTODIO, 2015).

Como consequência ao longo de diferentes gestões públicas desarticulação, fragmentação e sobreposição das ações, além de expor as famílias, indivíduos e grupos atendidos pelas políticas a um paralelismo de intervenções e, muitas vezes, à duplicidade de cadastros e procedimentos para acesso aos serviços públicos, tais ações segregam o tratamento e os problemas sociais e por conseguinte realizam o atendimento ao cidadão de forma desarticulada e ineficiente, dificultando entre outros aspectos o desenvolvimento de uma gestão social democrática, inclusiva e cidadã (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020, p.8).

Para combater o processo histórico da setorialização e fragmentação das ações públicas faz-se mister desenvolver estrategicamente a intersetorialidade como ferramenta política e organizacional para uma gestão democrática, na qual prevalece uma articulação e complementação institucional no desenvolvimento das ações objetivando um atendimento social humanizado a população. Neste sentido Junqueira (2005) afirma:

[...] a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses (JUNQUEIRA, 2005, p.4)

Segundo Junqueira (1998) a inclusão do tema intersetorialidade no Brasil surge a partir da Constituição Federal 1988 por meio do discurso da garantia da integralidade de uma vida digna e com qualidade estaria relacionada entre outros aspectos a concepção do direito à saúde por meio da articulação com diversas áreas e setores para sua implementação.

Como marco da incorporação da intersetorialidade o Sistema Único de Saúde (SUS) previu a criação de comissões intersetoriais para a articulação de políticas e

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

programas, que ultrapassam a centralização setorial, a exemplo as políticas de saneamento, alimentação e nutrição (Lei nº8.080 de 1990).

Ao longo dos anos a intersetorialidade passou a ser mais presente nas políticas públicas brasileiras não só na área da saúde, as ações de enfrentamento da pobreza também passaram a incorpora-la em busca de uma descentralização e maior participação social na gestão pública (BRONZO, 2007; PIRES, 2002 ; MARCONDE). Neste sentido, destacam-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); Programa Bolsa Família (PBF); Plano Brasil Sem Miséria, no campo da assistência social surge a Norma Operacional Básica do Sistema Único da assistência Social (NOB/SUAS) e na Educação Plano Nacional de Educação (PNE).

A intersetorialidade é fundamental na construção de uma gestão política e social interativa, articulada e integralizada, que consista em uma relação harmônica e e diretiva entre os órgãos e instituições envolvidas, além disso a participação social solidifica as políticas públicas sociais, fortalece o exercício pleno da cidadania e contribui para a reflexão social quanto o papel das políticas públicas no exercício contínuo do Estado e da sociedade para a garantia de direitos e deveres (CUSTÓDIO; SILVA, 2015)

O debate sobre intersetorialidade tem-se intensificado como um dos mais importantes meios de trabalho no âmbito das políticas de saúde e assistência social, com o intuito de oportunizar e ampliar o acesso a direitos sociais e ainda enfatizar o investimento nos processos de empoderamento os respectivos usuários (RODRIGUES,2011, p.2).

Neste contexto a intersetorialidade configura-se como uma ação que articula saberes e experiências, no planejamento, execução e avaliação de políticas sociais objetivando, portanto, a melhoria da qualidade de vida da sociedade e diminuição da exclusão social principalmente dos estratos sociais mais baixos. Desta maneira, entende-se que:

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais. (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2)

A intersetorialidade quando realizada de maneira eficiente proporciona melhoria na execução das ações sociais advindas com a implementação das políticas públicas, contudo não é o fim e nem por si só será suficiente para atingir o desenvolvimento esperado e a reversão da exclusão social, mas se configura um instrumento para que por meio das políticas se alcance tal objetivo (CUSTÓDIO; SILVA, 2015, p.9).

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto com este estudo, sobre analisar a relevância à respeito da integração setorial das políticas, como sendo uma estratégia utilizada na gestão pública, a partir do exemplo da política pública intersetorial das Usinas da Paz, optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa de modo a oferecer ao leitor uma visão mais ampla sobre o tema. Segundo Richardson *et al.* (1999), a abordagem qualitativa procura descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos pela organização e entender particularidades do seu comportamento.

Entende-se que devido à peculiaridade do problema de pesquisa, uma abordagem meramente quantitativa não seria suficiente, considerando que somente indicadores objetivos poderia desprestigiar a subjetividade nas análises realizadas.

Como método de pesquisa utilizou-se o estudo de caso que se deu em função da necessidade de se investigar um fenômeno social complexo, permitindo compreender a dinâmica apresentada dentro de contextos específicos. Considerando a importância da

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

singularidade no processo de escolha do estudo de caso, a seleção do território analisado se justifica em razão das ações de segurança coordenadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, de forma integrada e estratégica entre as forças do sistema de segurança, a partir de informações baseadas em análises da mancha criminal.

Como método de análise utilizou-se a análise documental, que teve como objetivo entender o contexto histórico, político, social e econômico do município e da região onde está instalado as Usinas da Paz, utilizando-se as bases de dados de bibliotecas eletrônicas e documentos oficiais, em que também se optou em busca na literatura cinzenta, base de dados do Google Acadêmico.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Programa Territórios pela Paz (TerPaz), criado há três anos pelo Governo do Pará, através do Decreto Nº 141, de 10 de junho de 2019 que institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - “Territórios pela Paz”, no Estado do Pará que consistente no agrupamento das políticas públicas e programas voltados para as estratégias de prevenção social da violência, com enfoque na recuperação dos territórios de descoesão social.

A Usina da Paz é um projeto integrado ao programa estadual Territórios Pela Paz, elaborado pelo Governo do Pará e coordenado pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac), em parceria com a iniciativa privada.

A partir de informações baseadas em: existência de territórios de alta vulnerabilidade social e alarmantes índices criminais no Estado; Concentração de crimes nas áreas degradadas dos grandes centros urbanos; a necessidade de diminuir as causas da exclusão social, criminalidade e violência, o que demanda a atuação integrada dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, em articulação estratégica.

Para gerenciar as políticas públicas de inclusão social, coordenadas pela Secretaria de Articulação da Cidadania/ SEAC, articuladas com as políticas de segurança pública/SEGUP, foi estabelecida uma arquitetura de governança abrangendo três instâncias – Colegiado Gestor, Câmara Técnica Intersectorial, Rede Local de Cidadania.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

A Câmara Técnica Intersetorial (CTI) organizou a participação das 35 secretarias, fundações e órgãos da administração direta e indireta, e mais seis parcerias (SEBRAE, IFPA, SENAC, SENAI, SENAR, UEPA, UFPA) em 07 áreas temáticas operacionalizando a dimensão da intersectorialidade com base aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) e, as ações e projetos são organizados em 7 eixos temáticos: 1. Capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura. 2. Emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária. 3. Habitação, regularização fundiária e urbanização. 4. saúde, esporte/lazer, assistência social. 5. Tecnologia e inclusão digital. 6. Meio ambiente e sustentabilidade. 7. Mediação de conflitos e prevenção a violência.

O propósito é a construção de 10 Usinas na Região Metropolitana de Belém, e no sudeste do Estado. Através de uma parceria público-privado, as obras estão sendo executadas e custeadas em parceria com as empresas Vale e Hydro. A empresa Vale entregou as 6 (seis) unidades: da Cabanagem, Benguí, Icuí-Guajará, Nova União, Parauapebas, Canaã dos Carajás, e a empresa Hydro construirá os espaços nos bairros do Guamá, Terra Firme e Jurunas.

São mais de 80 serviços gratuitos, disponibilizados pelos órgãos e entidades parceiras do Estado, como espaços para atividades esportivas; salas de audiovisual e inclusão digital; atendimento médico e odontológico; consultoria jurídica; emissão de documentos; ações de segurança; capacitação técnica e profissionalizante; espaço multiuso para feiras, eventos e encontros da comunidade. Também há espaços para cursos livres e de dança, teatro, robótica, artes marciais, musicalização e biblioteca. Vale destacar que a gestão e administração são realizadas pelo governo do Estado do Pará.

Segundo dados computados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Siac), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), na Região Metropolitana de Belém apresento redução nos indicadores de violência na capital nos bairros contemplados pela Usinas, sendo eles :31% na Cabanagem; 27% no Benguí; 21% no Guamá; 19% na Terra Firme e 15% no Jurunas. No município de Ananindeua, de 18% no Icuí-Guajará, e em Marituba, 15%.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





**INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE**
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

No que tange aos Crimes Violentos Letais intencionais (CVLI), há também redução dos indicadores, no período de 2022 e 2021, no bairro do Bengui, houve queda de 100% se comparado a 2021, e no bairro da Cabanagem a redução foi de 88%, no Icuí-Guajará, a redução foi de 78%.

Ao se buscar o atendimento das demandas sociais de um coletivo de cidadãos, a intersetorialidade vem a ser processada em meio das políticas públicas estando relacionada a prática, ou seja, ao enfrentamento de problemas reais. Sendo Campos (2000), a articulação entre os sujeitos dos setores sociais para enfrentar os problemas, passa a constituir uma forma de governar e construir políticas públicas, possibilitando a superação da fragmentação dos conhecimentos e também estruturas sociais, com a finalidade de produzir efeitos significativos na resolução desses enfrentamentos. Ainda, para o autor, a ação intersetorial, sendo considerada como um processo organizado e coletivo, não deve ser algo espontâneo, pois trata-se de uma ação deliberada, que requer respeito a diversidade e também as particularidades de cada participante.

Neste sentido, as Usinas da Paz, inovador aparelho público, já realizou mais de 200 mil atendimentos, desde a primeira implantação em outubro de 2021, em razão da articulação intersetorial dos órgãos envolvidos que potencializam, de forma positiva, através de quadros funcionais capacitados para esse trabalho intersetorial e dialógico, com a finalidade de buscar uma resolução.

Os resultados alcançados pela estratégia de gestão intersetorial das ações executadas no programa estadual Territórios Pela Paz por meio das Usinas da Paz é recente, desta maneira ainda é prematuro analisar efetivamente o impacto social do programa, contudo os dados apresentados se pode inferir que o objetivo maior que idealizou essa política pública: estratégias de prevenção social da violência, com enfoque na recuperação dos territórios de descoesão social, apresenta resultados positivos em relação a proposta do programa .

Nota-se que o Programa se propõe a um atendimento intersetorial amplo e transversal, contudo no desenvolvimento de políticas públicas que desenvolvam tais práticas apresentam limitações principalmente no que tange aos aspectos burocráticos que

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

precisam ser superados em busca da efetivação dos direitos sociais , em um processo contínuo de dialogicidade na qual os múltiplos agentes envolvidos na execução dos serviços compartilhem além dos espaços estruturais a consecução dos serviços por meio de um modelo organizacional que rompa com práticas de institucionais contraproducentes e segmentadas (INOJOSA, 2001; PEREIRA; TEIXEIRA, 2013; JUNQUEIRA, 2000) .

3. CONCLUSÃO

A adoção da intersetorialidade na concepção e implantação de políticas públicas pode, sem dúvida, promover maior racionalidade no uso dos recursos e melhores resultados dos programas e outras ações. A intersetorialidade pressupõe o trabalho conjunto de pessoas de diferentes áreas e por isso deve-se pensar também na realização de atividades que possam promover uma mudança de postura por parte de componentes dos órgãos públicos. Vive-se em um ambiente de acentuado individualismo, que, via de regra, contraria abordagens que contemplem a coletividade

É inevitável que a escassez de recursos configure-se como um problema no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa ,contudo por meio de uma perspectiva intersetorial busca otimização de ações conjuntas para a transposição de diversos obstáculos na implementação de políticas públicas amplas e diversas, haja vista que em razão da complexidade da realidade social a implementação de ações descentralizadas e desconexas dificultando consideravelmente a integração social, territorial e o fortalecimento da consciência cidadã sobre seus direitos.

No processo de fortalecimento de políticas públicas que desenvolvam efetivamente a concepção de intersetorialidade é preciso rechaçar a prática do apadrinhamento partidário e parlamentar que constitui na sazonalidade de determinadas gestões, tais ações prejudicam a governabilidade, bem como a construção e implementação de ações integradas que possibilitem a melhoria das condições de vida da população, e maior efetividade da participação cidadã no processo de construção de políticas sociais.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Diante do exposto, conclui-se que a Programa Usina da Paz propõe-se a uma perspectiva de atendimento integral e articulado tendo como premissa a prática intersetorial entre os agentes público e privados envolvidos, contudo por ser um programa recente e ainda está em processo de efetivação ainda a escassez nos dados para o apontamento de como a política social em questão está implementando realmente a conduta da intersetorialidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Bairros contemplados pelo TerPaz registram queda na ocorrência de roubos. **Notícia**. 2022. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/37793/#:~:text=E%2080%9CMais%20uma%20vez%20os%20bairros,at%C3%A9%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20das%20Usinas.>> Acesso em: jun. 2022.

AGÊNCIA PARÁ. Governo entrega, em Ananindeua, a primeira Usina da Paz. **Notícia**. 2022. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/32301/>> Acesso em: jun. 2022.

BRONZO, Carla. (2007). Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza. In: XII Congresso do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD), Santo Domingo. *Anais...* Venezuela: [s.n.].

CAMPOS, G. W. de S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA; Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Leandro Roque. A estratégia da intersetorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB. *Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Famílias*. Porto Alegre, PUC/RS, v. 1, 2013

CUSTÓDIO, André Viana; DA SILVA, Cícero Ricardo Cavalcante. A intersetorialidade nas políticas sociais públicas. **Seminário nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**, 2015.

Decreto Nº 141, de 10 de Junho de 2019 Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - “Territórios pela Paz”, no Estado do Pará.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, 35(1), 19-44, 2001.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, PUC/SP, n. 22, 2001, p. 102-110.

JUNQUEIRA, Luciana A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersectorialidade. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, USP, v. 6, n. 2, 1997.

JUNQUEIRA, Luciana A. Prates. Articulações entre o serviço público e o cidadão. In: *X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Santiago, Chile, oct. 2005

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rosa Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. XI Concurso de ensayos del clad “el tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”. Caracas, 1997.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, v. 3, n. 3, mar-abr, 1998.

JUNQUEIRA, Luciana A. Prates. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, USP, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan-abr, 2004.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de sociologia e política**, v. 21, p. 101-110, 2013.

MARCONDES, Mariana Mazzini.; SANDIM, Tatiana Lemos; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Transversalidade e Intersectorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], p. 22–33, 2018. DOI: 10.21118/apgs.v0i0.5289.

PARÁ. **Decreto Nº 141, de 10 de junho de 2019**. Diário Oficial do Estado do Pará.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. (2002) Intersectorialidade, Descentralização e Participação: novas estruturas para um Estado mais próximo do cidadão. In: XXVI Encontro da ANPAD. *Anais...* Salvador: ANPAD.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento de 2013. São Francisco, 2013.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999.

RODRIGUES, Jovina Moreira Sérvulo. A intersectorialidade entre as políticas públicas de saúde e de assistência social pós constituição brasileira de 1988. V jornada internacional de políticas públicas, São Luís, UFMA, 2011.

SANTOS, Marília Laurido dos. Políticas públicas (econômicas) e controle. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, n. 40, abr-jun. 2003.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogeiro Gesta (Org.). Direitos sociais e políticas públicas: Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 2307-2333. Disponível em: 18

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; DA PAZ, Rosângela Dias O. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 7-13, 2020.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

FUNDAÇÃO PARANAENSE
DE APOIO À PESQUISA
E INOVAÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

